

Um debate democrático sobre medicina e saúde

18 AGO 1986

Embora a imprensa não tenha dado o devido destaque, um importante fato político ocorreu ao final da semana passada, em São Paulo: a realização do 1º Congresso Nacional de Saúde de Entidades Não-Governamentais. Organizado pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde, pela Federação Brasileira de Hospitais, pela Associação Brasileira de Medicina de Grupo e pelo Sindicato dos Hospitais do Estado de São Paulo, o encontro foi uma contundente resposta da iniciativa privada à 8ª Conferência Nacional de Saúde, promovida em março último pelos tecnocratas do Ministério da Previdência Social sediados em Brasília.

Essa primeira reunião, como denunciávamos na época, revelou-se um verdadeiro jogo de cartas marcadas. Isso porque seus organizadores controlaram e manipularam o acesso às inscrições, recusando participantes oriundos da rede hospitalar particular e formando assim um plenário esmagadoramente favorável à estatização total dos serviços de saúde no País. Como o debate foi substituído pelo monólogo, uma vez que aos representantes não-governamentais coube apenas o equivalente a 2% dos votos válidos, o encontro transformou-se numa grande farsa. Em vez de discutir as causas da má qualidade dos serviços médicos, hospitalares e previdenciários por parte do setor público, os organizadores optaram por um debate político. E, como decorrência natural de sua deformação ideológica, terminaram por fazer um grande comício contra o lucro, contra a burguesia e contra o capitalismo... patrocinado pelo governo da Nova República...

No decorrer dos monólogos da nomenklatura da Previdência Social, os argumentos foram sibilinos: invocando o tema da corrupção, os oradores acusaram os empresários do setor de saúde de inúmeras irregularidades, afirmando que somente a estatização definitiva desse tipo de serviço poderia acabar com a comercialização da assistência médico-hospitalar. Agindo dessa maneira, procurando substituir as análises realistas e objetivas por uma abordagem passional dos problemas de saúde do País, os organizadores da conferência manipulada pelos grupos estatizantes conseguiram desviar a atenção da opinião pública para a questão mais importante: qual seja, a da qualidade e da eficácia do atendimento às necessidades da população, especialmente os segmentos mais carentes, sem condições econômicas de fugir ao tratamento muitas vezes humilhante e degradante prestado pelo setor público.

Foi para restabelecer a verdade dos fatos e para resistir à crescente manipulação da política previdenciária pelos grupos estatizantes que as entidades não-governamentais da área de saúde decidiram, então, promover uma nova conferência — e, o que é mais importante, fora dessa ilha da fantasia chamada Brasília. Enfatizando a questão da qualidade e da eficácia do atendimento médico-hospitalar, sem descuidar ao mesmo tempo de seus aspectos éticos e políticos, os organizadores deste segundo encontro concentraram sua atenção no problema que mais assusta a nomenklatura brasileira: a constatação da inviabilidade dos modelos estatizantes de atendimento médico-hospitalar, uma vez que as atividades-melo tendem a consumir a maior parte dos recursos disponíveis, em detrimento, evidentemente, das atividades-fim.

Trocando em miúdos, nos países que estatizaram todo o setor de saúde, a máquina administrativa do aparelho estatal acabou — como sói acontecer nesses casos — consumindo vorazmente todas as vultosas verbas oficiais, tendo como contrapartida uma expressiva queda na qualidade da assistência médica prestada à população. Ao lado desse processo de burocratização, o empreguismo e o tráfico de influência também ampliaram a perda da capacidade gerencial do setor de saúde por parte do Estado, multiplicando os custos e exigindo assim progressivas elevações dos impostos e taxas pagos pelos contribuintes. Entre nós, portanto, a adoção de um modelo de estatização total, semelhante ao que hoje se encontra em vigência na Inglaterra (e que está à beira da falência), apenas agravaria os sérios vícios e defeitos do sistema misto ora praticado no País.

Nesse nosso sistema, aliás, a imagem dos serviços médico-hospitalares prestados pelos setores governamentais nos grandes centros metropolitanos é bastante ruim. Uma pesquisa recentemente efetuada pelo Departamento de Ciências Sociais da USP, por exemplo, comprova a preferência da população paulista pelo atendimento dado pela iniciativa privada. Do total de entrevistados, 66% prefeririam ser clinicados e tratados na rede hospitalar particular. E esta, por sua vez, embora preste um serviço de qualidade superior àquele prestado pela rede oficial, trabalha com recursos bem inferiores e ainda está sujeita à ditadura burocrática dos convênios firmados com o Inamps. Uma ditadura sutil e perversa, na medida em que essa autarquia impõe condições leoninas aos hospitais conveniados, procurando, indiretamente, inviabilizá-los financeiramente para abrir caminho para o advento do modelo de estatização total.

Foi por isso, justamente, que os participantes do 1º Congresso Nacional de Saúde das Entidades Não-Governamentais, encerrado sábado último em São Paulo, decidiram responder a todas as críticas feitas pela nomenklatura brasileira na conferência de março deste ano. Por um lado, esses participantes mostraram que a capacidade gerencial da iniciativa privada no setor de saúde permitiria ao governo poupar recursos preciosos e necessários às políticas de prevenção e combate às epidemias, assistência médica à infância e melhoria do nível alimentar da população. Por outro, revelaram que a corrupção e as irregularidades tão alardeadas pelo Inamps são cometidas por setores marginais da iniciativa privada, isto é, por empresários inescrupulosos que, conhecendo a tradição de tráfico de influência e nepotismo no âmbito da administração federal, imaginaram poder repartir os "lucros" de seus crimes com funcionários públicos venais. Aqui, como em toda a parte, a corrupção foi gerada dentro do próprio aparelho estatal. Rouba-se porque os próprios guardiões abrem a porta do cofre e convidam os ladrões a agir, para dizer as coisas em bom português.

O debate sobre saúde promovido pelas entidades não-governamentais do setor, portanto, substituiu o monólogo pelo diálogo aberto e permitiu que a opinião pública tomasse ciência das maquinações e escamoteações da nomenklatura brasileira, para a qual a estatização é sinônimo de poder e privilégios. As vésperas da eleição para a Constituinte esse debate serviu para nos alertar para o risco do monopólio dos serviços de saúde pelo governo, o que, se um dia vier a ocorrer, nos obrigará a pagar mais para receber em troca um tratamento de segunda categoria, quando não humilhante e degradante.